

Pizza de ideias

Era um final de sábado à tarde, quando, diante daquele forno à lenha com brasas flamejantes, onde assava um par de pizzas, meu afilhado questionou-me sobre minhas preferências político-partidárias no cenário atual, já que se dizia um pouco perdido para fazer suas escolhas. Respondi que, na política, sou um conservador burqueano. Também disse ser um conservador no casamento, já que ainda estou na primeira mulher.

Mas ressalvei que, em termos partidários, por aqui, não me sinto representado por nenhuma das trinta e nove agremiações políticas brasileiras e que muitas delas vendem ideias que misturam alhos com bugalhos. São capazes de defender propostas contraditórias entre si ou mesmo propor agendas políticas que servem mais para reforçar o discurso adversário.

Assistimos a tudo isso também na opinião pública. Basta ler uma seção de debates num jornal ou ouvir um telejornal com acadêmicos convidados. Muita tautologia e sofismo que passam por uma argumentação sólida e coerente. Górgias ficaria encabulado. Ao fim de nosso papo, sugeri ao meu estimado afilhado que ele fosse buscar na filosofia um começo de saída para seus anseios.

Afinal, nós vivemos as respostas para os problemas da vida e a política tem um enorme espaço vital. E, tanto quanto mais despercebida, essas respostas são fruto de uma escolha filosófica, seja essa ou aquela, ainda que a filosofia não mais pretenda avocar a responsabilidade acerca de um discurso onicompreensivo da realidade humana.

Por isso, é precisamente a falta de uma atitude genuinamente filosófica que torna as discussões sobre os temas mais prementes de nossa pauta política uma verdadeira arena analfabeta, pois elas produzem mais calor que luz. Como, então, a filosofia poderia contribuir para o bem do debate político? Por meio de duas tarefas importantes e complementares.

A primeira, a grosso modo, seria a de zelar pela “terapia do debate”, como já sugeri Wittgenstein numa obra póstuma e, ali, nosso pensador austríaco propõe que a filosofia seja compreendida como uma atividade terapêutica. Por favor, nada de divã e psicanálise, mas de giz de cera e lousa: a filosofia deve “tratar” da linguagem, depurando-a e, desse modo, elucidar e esclarecer os falsos problemas e iluminar as verdadeiras aporias.

A pauta do debate público, que envolve não apenas a dimensão política, mas tudo aquilo que podemos chamar de “mundo da vida”, está repleta de inverdades, obscuridades, incertezas e imprecisões. Questione seu colega de trabalho e veja se há um mínimo de “clareza e distinção” sobre ideias básicas de política, religião, moral ou ciência. Ou, ainda, se há ao menos a percepção de que refinar tais ideias seja algo a se perseguir para um debate minimamente mais qualificado, sob pena de o embate de opiniões nos levar ao erro.

Longe de pretender dar a última palavra sobre os assuntos políticos, a filosofia deve procurar distinguir o joio do trigo e suscitar os problemas e soluções que geralmente não são vistos ou, por motivos ideológicos, são obstinada e deliberadamente ocultados.

A segunda tarefa da filosofia está justamente em abrir novos campos, confrontar outros aspectos, temas, problemas, dificuldades e dimensões da experiência humana no mundo, seja pelo “eu”, seja pelo “nós”. Uma compreensão minimamente bem formada sobre o ser humano percebe claramente

que se, de fato, determinadas coisas são primordiais na ordem do tempo ou são condições para outras, disso não se segue que elas sejam as mais importantes ou primeiras de direito.

A alimentação é primordial para o ser humano, mas, salvo para quem vive da gulodice, a digestão, seguramente, não é a coisa mais importante de nossa existência. O aumento ou a redução da taxa de juros pela autoridade monetária vai influenciar minha decisão de investir na poupança ou no certificado de depósito bancário. Contudo, salvo para quem vive da cupidez, minhas aplicações não esgotam minha atenção cotidiana.

Aristóteles dizia que, quando a discussão é analfabeta, seus partidários assemelham-se a vegetais. Tem razão. É o quadro geral de hoje: uma abobrinha a moderar o debate entre repolhos e chuchus. Ao contrário da dita polarização política, falta-nos o rigor no pensar e no explicitar dos temas e conceitos supostos, além do reordenamento das questões propriamente ditas, segundo um senso de proporção e hierarquia. Cabe à filosofia nos ajudar nessas tarefas, a fim de que, ao cabo, todo o debate político não acabe numa pizza de ideias. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes. Ph.D., é juiz de direito, professor-pesquisador, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 07/03/2018, Página A-2, Opinião.

Convergência na divergência

Há tempos, ando meio farto da deterioração da liberdade de expressão no mundo universitário. Formas disfarçadas de censura, silêncio obsequioso, avisos de conteúdo (“trigger warnings”), espaços seguros (“safe spaces”) e uma série de expedientes autoritários que, no fundo, apontam para uma séria crise do pensamento, pois as autoridades acadêmicas passaram a definir para todos os estudantes a “única pauta correta” na reflexão das questões sociais que nos assolam.

Essa postura é alimentada pela ausência de um pendor volitivo para a busca racional da verdade, a qual não é inimiga da tolerância, mas, pelo contrário, sua aliada. Esse quadro fático ganha contornos de realidade marcante na cena universitária americana.

Recentemente, um conhecido conservador homossexual foi impedido de realizar uma conferência numa destacada instituição contra essa versão reducionista de feminismo, porque as estudantes feminazis promoveram uma violenta baderna generalizada no local momentos antes.

Colhemos aquilo que plantamos. Desde as últimas décadas do século passado, muitas universidades americanas começaram a pregar o relativismo como o melhor antídoto frente à intolerância. Evidente que, em curto espaço de tempo, a hierarquia de valores virou de cabeça para baixo. Alan Bloom, em sua famosa obra “The closing of american mind” (1989), diagnosticou esse problema: quando a relativismo transforma-se no centro daquela hierarquia, a verdade é despachada para a periferia.

O efeito prático da absolutização do relativismo foi, no campo das questões sociais, o nivelamento de todos os pontos de vista e de estilos de vida. Afinal, como já não mais existiriam critérios objetivos para discernir quem merece o quê, ninguém teria direito a criticar quem fosse ou pensasse diferente. E, se o fizesse, seria um intolerante.

Então, pavimentou-se a via do discurso politicamente correto. Muitas universidades aprovaram códigos de linguagem que estabeleceram aquilo que, a seu juízo, representaria o modo concreto de pensar e de se expressar sobre uma série de assuntos quentes, como raça, sexo, moda, casamento, religião e sociedade de classes.

Ao invés de estimularem o pensamento crítico dos alunos para que aprendessem por si mesmos a prática da tolerância, as autoridades acadêmicas, como já dito, resolveram dizer o que presta e o que não presta. Se fosse progressista, prestaria. Se fosse conservador, reacionário ou tradicional, não.

E, para que seus dóceis alunos, cujos cérebros contentaram-se em não mais que coordenar suas atividades sensitivas, motoras e fisiológicas, restassem bem protegidos de qualquer vulnerabilidade intelectual imprestável, seria preciso criar todos aqueles expedientes autoritários já citados. Assim, esses pobres coitados não se sentiriam incomodados e nem ofendidos pelas opiniões ou contrapontos divergentes. Só se esqueceram de distribuir mamadeiras e fraldas nesse dispensável exercício de assistencialismo intelectual.

Bem ao contrário dessa cartilha paternalista, a sociedade, como, de resto, a reflexão sobre seus problemas, é algo construído por todos mediante a prática das virtudes da humildade intelectual, da abertura mental ao outro e, sobretudo, do amor à verdade. Quando vividas, tais excelências nos dispõem a escutar com atenção e respeito àqueles que discrepam daquilo em que acreditamos.

A busca da verdade não tem porque cerrar nossos ouvidos para nossos adversos na arena do debate social. Mill, um dia, ensinou-nos que reconhecer a possibilidade de que alguém possa estar no erro é razão suficiente para escutá-lo e levá-lo a sério e não somente tolerar de má vontade os pontos de vista discordantes ou chocantes. E, para quem se julga estar certo, essa atitude de escuta serve para aprofundar sua compreensão da verdade e melhorar sua capacidade de defendê-la.

A disposição de tomar a sério as pessoas das quais não concordamos - muito além da indiferença relativista - é justamente o que nos previne contra o dogmatismo e a bovinidade de pensamento, tão tóxicos para a saúde de nosso mundo acadêmico quanto para o bom funcionamento de nossa sociedade. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes é juiz de direito, doutorando em Filosofia e História da Educação, professor, pesquisador, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras (fernandes.agf@hotmail.com)

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 03/05/2017, Página A-2, Opinião.

Hannah Arendt: o compromisso de pensar, por Pablo González Blasco

“Hannah Arendt” - Direção: Margarethe von Trotta. Barbara Sukowa, Axel Milberg, Janet McTeer, Julia Jentsch, Ulrich Noethen,. Alemanha, Luxemburgo, França. 2012. 113 min.

✘ Todos os comentários que me chegaram deste filme eram unânimes: cinema de primeira categoria. Direção perfeita de Margarethe Von Trotta, interpretação magistral de Bárbara Sukowa. Magistral e realista: fumando o tempo todo, como a personagem que encarna, embora o filme não chegue a mostrar os charutos que Hanna fumava em público. Os intelectuais, os filósofos e o tabaco: alguém já escreveu sobre isso, eu não me detenho nessa particularidade, até porque estou em atraso com estas linhas. Explico.

Deixei o filme em suspenso, e debrucei-me sobre um livro que repousava na minha prateleira. Quis lê-lo antes de assistir o filme, para ter uma ideia da vida e obra da pensadora alemã. Levou-me algumas semanas, mas valeu a pena. É pouco provável que os leitores tenham a oportunidade de ler alguma das obras de Arendt antes de ver o filme. Mas seria muito útil que, ao menos, lessem o [comentário que fiz a esse livro](#), antes de mergulhar na fita. Sem preocupação; não conto a trama do filme, até porque o aspecto em que se foca a produção é pontual: a cobertura jornalística que Hanna Arendt fez para o New Yorker do julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém.

O filme serve a modo de aperitivo a vida da Hanna Arendt e do seu marido Heinrich Blucher, as reuniões na sua casa com a tribo de pensadores e artistas, e até alguns flash back com Heidegger, o amante da juventude. Mas o prato forte é, sem dúvida, a vivência do julgamento do criminal nazista. Arendt foi a Jerusalém para cobrir o evento como jornalista -mais colunista do que repórter, diríamos hoje- mas o resultado foi uma verdadeira experiência filosófica, a contemplação de uma realidade que se lhe figurava com perfis diferentes aos que todos os outros conseguiam enxergar. Tudo culmina no discurso onde, diante uma plateia de universitários absolutamente seduzidos pela pensadora, dá razão da sua perspectiva, e dos seus escritos que cristalizaram na obra polêmica: “Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal”.

✘ A cena do discurso cativou-me. Imediatamente a incluí no meu repertório de clips cinematográficos, e a utilizei seguidamente em duas conferências que tive de dar em dois congressos médicos diferentes. O impacto no público foi notável. E as ideias que me sugeria foram se desdobrando, com rapidez, enquanto eu tentava alinhavá-las para anotá-las nestas linhas.

Independente do tempo histórico e de uma possível justificativa para os que a criticavam por entender, equivocadamente, que estaria negando o holocausto, Arendt estabelece um paradigma de capital necessidade para o momento presente. Eichmann funcionou apenas como uma desculpa - um caso extremo- de alguém que abdicou de uma das características integrantes do ser humano: o compromisso de pensar. “Não encontrei ali um ser diabólico, nem a encarnação da perversidade. Deparei-me com um funcionário, um burocrata que se adaptou ao sistema e abriu mão de pensar”. E a seguir o grande recado: “Os maiores males do mundo são causados por gente comum que deixa de refletir, que não pondera suas ações, porque interrompeu o diálogo íntimo que devemos ter conosco mesmos. Desta atitude medíocre nasce o que eu denominei a banalidade do mal”.

O caso extremo do carrasco nazista que despacha pessoas para os campos de concentração como quem controle estoque de mercadorias com apurada competência, serve para ilustrar aspectos menos chocantes, mas de premente atualidade. Lá está o tema que me ocupa habitualmente – a Humanização da Medicina- motivo dos convites e das conferências apontadas. Não tanto a humanização, mas o por que nos desumanizamos.

✘ As palavras em inglês arrastado de Hanna Arendt funcionaram como veículo perfeito para dar o meu recado. A grande –e preocupante- questão, é que os médicos que destratam o paciente, aqueles aos que lhes falta humanismo, não são pessoas más, cruéis e insensíveis: são, simplesmente, profissionais que entraram no sistema, que fizeram o que todos fazem, que não se deram ao trabalho de pensar na sua missão, no compromisso vocacional. Veio à mente algo que me aconteceu há já muitos anos. Foi também durante uma conferência, nessa ocasião dirigida a estudantes. Quando acabei, aproximou-se de mim uma aluna –os alunos nem sempre falam diante da plateia, reservam as melhores questões para os momentos em que o professor começa a abandonar a sala- e me disse que estava em crise. Sorri, e olhei para ela convidando-a a desabafar. “Estou no quinto ano de medicina. Ontem dei plantão no pronto socorro da obstetrícia, e chegou uma mulher que tinha provocado um aborto. Estava sangrando, com dor, assustada. O residente encarou-se com ela e gritou que essas coisas há que pensá-las antes. Foi se preparar para fazer a curetagem e eu segurei a mão da paciente e disse a ela que o médico (residente) não era má pessoa, que estava cansado do plantão”. Devo ter colocado uma cara compreensiva, porque ela continuou: “Professor, eu conheço esse residente. Ele estava no quarto ano quando entrei na faculdade. Era uma pessoa ótima, alegre, animada. Hoje ele é assim....” Minha cara deve ter assumido um interrogante, porque ela disparou: “Minha angústia éQuando é que a gente vira bandido, professor?”.

Não lembro o que respondi àquela aluna. Talvez não respondi nada. Mas contei este fato inúmeras vezes nos meus encontros com estudantes. Hoje, se tivesse ocasião –quem sabe agora com as redes sociais onde todos ficam sabendo de tudo ela leia estas linhas- lhe diria: convide-o, em nome dessa velha amizade, para assistir o filme de Hanna Arendt. Lá veria a pensadora apaixonada explicar por que abdicamos de ser pessoas –nos desumanizamos- quando abrimos mão da característica que define o homem como tal: a capacidade de pensar. Entenderia que a incapacidade de pensar é o que permite que gente normal, medíocre, cometa as maiores atrocidades.

✘ Naturalmente as conclusões no nosso cenário não são tão evidentes como no caso de Eichmann. É preciso conduzir a reflexão da plateia para que se atreva a pensar que o recado é para eles, para todos nós. Até porque abdicar da reflexão, atitude frequentíssima, costuma estar disfarçada de condutas equívocas. Falávamos das redes sociais e da aluna de quem nunca mais tive notícia. O que poderia ser um bom recurso para oferecer agora uma ajuda concreta, é também uma arma de dois gumes. É difícil que alguém que passa a vida se comunicando com metade do planeta, imagine que não dedica um minuto da sua vida a....pensar. Troca informações, “curte” notícias, compartilha fotos, tem a vida –e a intimidade- como livro aberto, em vitrine comunitária. O barulho virtual é tanto, que não há espaço para o silêncio que a reflexão requer. E quando alguém põe as manguinhas de fora e se atreve a socializar uma carga de profundidade reflexiva, é muito provável que receba um comentário irônico, ou que seja sumariamente eliminado de grupo de “amigos”, que rapidamente podem substituí-lo por outras duas dúzias de elementos que transitam no universo de mediocridade não pensante.

Eu costumava ilustrar o descaminho do médico na figura do Cavaleiro Jedi que se passa para o lado negro da força. Alguém muito bem treinado, com poderes formidáveis que por medo cai para a escuridão. Os olhos vermelhos de Anakin Skywalker transpirando medo de perder a mulher que ama são o prenúncio da metamorfose em Darth Vader. Agora, Hanna Arendt me mostra que a questão não é tão simples, e que os bandidos nem sempre estão integrados num Império que conspira. O perigo que nos ameaça, está dentro de cada um de nós, em tênue divisão, onde a reflexão é a verdadeira fronteira. Muito bem o adverte um conhecido educador quando escreve: “O meu problema imediato sou eu mesmo, e o pacto silencioso que estabeleço com o sistema e que permite que “o de sempre” governe a minha vida e as minhas decisões” ([Parker Palmer: The Courage to Teach](#)). Cruzam-se os limites sem maldade intrínseca, num deixar-se levar, maria-vai-com-as-outras; tudo sem grandes traumas, amparados pelo sistema, enfeitado com o cintilar de bijuterias que piscam alegremente no smartphone fazendo sentir o aconchego de um mundo virtual -milhares de amigos- que compartilham e “curtem” um gregarismo medíocre que promove a banalidade do mal.

O imenso conhecimento que temos ao alcance da mão não dispensa o compromisso de pensar. Essa advertência seria a principal função dos professores universitários, ao invés de vomitar repetidamente informações que os alunos adquirem por si sós, mais rapidamente, de pijama nos respectivos domicílios. Advertir e provocar, fazer pensar: um verdadeiro desafio para os que se envolvem na educação, que não é simples treino, mas fomentar uma atitude de reflexão de por vida. Não dar peixes, ensinar a pescar, entender por que se pesca, e abrir espaço à criatividade e a novas modalidades de pesca. As frases finais do contundente discurso de Hanna Arendt servem para fechar estas considerações: “A manifestação do ato de pensar não é simples conhecimento. Mas é a habilidade de distinguir o bem do mal, o feio do bonito. Sem pensar nos tornamos incapazes de fazer juízos morais. Espero que essa capacidade de pensar dê às pessoas a força para evitar as catástrofes nos momentos decisivos”.

Pablo González Blasco é médico (FMUSP, 1981) e Doutor em Medicina (FMUSP, 2002). Membro Fundador (São Paulo, 1992) e Diretor Científico da SOBRAMFA - Sociedade Brasileira de Medicina de Família, e Membro Internacional da Society of Teachers of Family Medicine (STFM). É autor dos livros “O Médico de Família, hoje” (SOBRAMFA, 1997), “Medicina de Família & Cinema” (Casa do Psicólogo, 2002) “Educação da Afetividade através do Cinema” (IEF-Instituto de Ensino e Fomento/SOBRAMFA, São Paulo, 2006) , “Humanizando a Medicina: Uma Metodologia com o Cinema” (São Camilo, 2011) e “Lições de Liderança no Cinema” (SOBRAMFA, 2013). Co-autor dos livros “Princípios de Medicina de Família” (SOBRAMFA, São Paulo, 2003) e *Cinemeducation: a Comprehensive Guide to using film in medical education*. (Radcliffe Publishing, Oxford, UK. 2005).

Fonte: <http://www.pablogonzalezblasco.com.br/2013/10/25/hanna-arendt-o-compromisso-de-pensar/>

Tags: Discussão, Filosofia, Pensamento,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em: <http://ife.org.br/pizza-de-ideias-andre-goncalves-fernandes/>